

**Decreto Legislativo n.º 604,  
de 09 de dezembro de 1998.**

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 14 da IX Consolidação do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1º - Arquivem-se os autos do Processo RG n.º 7838, originário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Processo TC - 17357/026/96, relativo ao Contrato n.º 07/93, celebrado em 20/09/93, entre partes ERS-4 - Escritório Regional de Saúde - Penha, da Secretaria da Saúde e a MPFF Informática Ltda..

Artigo 2º - A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo deverá oficiar ao Ministério Público e à Procuradoria Geral do Estado para que sejam tomadas as medidas judiciais aplicáveis, visando à responsabilização dos culpados pela prática dos atos irregulares e pelas despesas ilegais deles decorrentes.

Parágrafo único - Deverão ser extraídas xerocópias dos autos do Processo TC - 17357/026/96, que acompanharão o ofício citado no "caput".

Artigo 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 09 de dezembro de 1998.

a) PAULO KOBAYASHI - Presidente  
a) Milton Monti - 1.º Secretário  
a) Cecília Passarelli - 2.ª Secretária

**Decreto Legislativo n.º 605,  
de 09 de dezembro de 1998**

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 14 da IX Consolidação do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1º - Arquivem-se os autos do Processo RG n.º 6882/97, originário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Processo TC - 99579/026/89, relativo aos Termos de Aditamento n.ºs 08/90, 11/90, 05/91, 06/91, 14/90, 11/91, 05/93, 12/93, 17/93, 19/93 e 20/93 ao Contrato n.º 035/89, celebrado em 01 de agosto de 1989, entre partes Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista - SUDELPA e a Sjobim Segurança e Vigilância Ltda..

Artigo 2º - A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo deverá oficiar ao Ministério Público e à Procuradoria Geral do Estado para que sejam tomadas as medidas judiciais aplicáveis, visando à responsabilização dos culpados pela prática dos atos irregulares, bem como, pelas despesas deles decorrentes.

Parágrafo único - Deverão ser extraídas xerocópias dos autos do Processo TC - 99579/026/89, que acompanharão o ofício citado no "caput".

Artigo 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 09 de dezembro de 1998.

a) PAULO KOBAYASHI - Presidente  
a) Milton Monti - 1.º Secretário  
a) Cecília Passarelli 2ª Secretária

**Decreto Legislativo n.º 606  
de 09 de dezembro de 1998**

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 14 da IX Consolidação do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1º - A Assembléia Legislativa resolve arquivar os autos do Processo TC-37.460/026/92 que tratam do Contrato n.º 8.515-7, celebrado em 14 de dezembro de 1992 entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER e a Encalço Construções Ltda., por considerar insubsistentes as razões alegadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Artigo 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 09 de dezembro de 1998.

a) PAULO KOBAYASHI - Presidente  
a) Milton Monti - 1.º Secretário  
a) Cecília Passarelli 2ª Secretária

**ATOS****Atto n.º 23, de 1998**

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 35, parágrafo único, da IX Consolidação do Regimento Interno e por força da aprovação do Requerimento n.º 3.663 de 1998, nomeia os seguintes Deputados para compor Comissão de Representação com a finalidade de participar da Conferência Latino-Americana de Direitos Humanos, a se realizar no dia 10 de dezembro de 1998, no Hotel Phenícia, em Brasília.

Deputado Renato Simões  
Deputado Marcelo Gonçalves  
Deputado Luiz Carlos da Silva  
Deputada Maria do Carmo Piunti  
Deputado Jamil Murad  
Deputada Rosmary Corrêa  
Deputado Gilberto Nascimento  
Deputado Caldini Crespo  
Deputado Milton Flávio

Assembléia Legislativa, em 9 de dezembro de 1998

a) PAULO KOBAYASHI - Presidente

**ORDEM DO DIA****10 DE DEZEMBRO DE 1998  
181ª SESSÃO ORDINÁRIA****Proposições em Regime de Urgência**

1- Votação do Projeto de Lei n.º 201, de 1998, apresentado pelo Sr. Governador, alterando a Lei n.º 6374, que dispõe sobre o ICMS. Com 3 emendas. Parecer n.º 1305, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável, com emenda e contrário às emendas. Parecer n.º 1306, de 1998, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto, às emendas de n.ºs 1, 2 e à do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário à de n.º 3. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

2-Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n.º 102, de 1995, (Autógrafo n.º 24040), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Campos Machado, alterando dispositivo do artigo 15 da Lei Complementar n.º 207, de 1979, que modifica a denominação do cargo de Motorista Policial para Agente Policial e estabelece nível de escolaridade para o respectivo provimento. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

3-Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n.º 137, de 1995, (Autógrafo n.º 23730), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, criando a autarquia Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE. Parecer n.º 2388, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4-Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n.º 4, de 1997, (Autógrafo n.º 24064), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Erasmo Dias, instituindo o adicional de graduação a policiais militares. Pareceres n.ºs 1543 e 1544, de 1998, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Segurança Pública, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5-Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n.º 38, de 1997, (Autógrafo n.º 23868), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, instituindo Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 272, de 1991, (Autógrafo n.º 24021) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Jamil Murad, assegurando às mulheres gestantes o acesso e a permanência no emprego. Parecer n.º 1301, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 1196, de 1991, (Autógrafo n.º 23652), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Elói Pietá, alterando a redação do artigo 8º da Lei n.º 6556, de 30/11/89, que dispõe sobre o Conselho de Orientação dos recursos do ICMS para a construção de casas populares. Parecer n.º 2091, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. Parecer n.º 2092, de 1997, de relator especial pela Comissão de Finanças, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8-Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 221, de 1992, (Autógrafo n.º 23682), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Marcelo Gonçalves, instituindo o "Programa de Cursos Populares". Parecer n.º 2178, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9-Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 215, de 1993, (Autógrafo n.º 23724), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Celso Tanauí, dispondo sobre a obrigatoriedade da instalação de sanitários femininos e masculinos, para uso público, nas agências bancárias. Parecer n.º 2368, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 802, de 1993, (Autógrafo n.º 23044), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Antenor Chicarino, dispondo sobre a proteção ambiental do Vale do Ribeira. Parecer n.º 428, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 92, de 1995, (Autógrafo n.º 23454), vetado totalmente, apresentado pela deputada Edna Macedo, dispondo sobre o transporte gratuito e obrigatório de Policiais Militares fardados. Parecer n.º 873, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 105, de 1995, (Autógrafo n.º 23455), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Rui Falcão, dispondo sobre as contribuições devidas à Carteira da Previdência das Serventias não oficializadas de Justiça do Estado. Parecer n.º 870, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 178, de 1995, (Autógrafo n.º 23718), vetado totalmente, apresentado pela deputada Edna Macedo, dispondo sobre a informação impressa na contracapa de livros didáticos comercializados no Estado de São Paulo sobre a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS. Parecer n.º 2266, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 200, de 1995, (Autógrafo n.º 23118), vetado totalmente, apresentado pela deputada Edna Macedo, dispondo sobre a concessão de

documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas, tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não reincidam no crime. Parecer n.º 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15-Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 313, de 1995, (Autógrafo n.º 23725), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Reynaldo de Barros Filho, definindo e incentivando a criação do "novilho precoce" para abate. Parecer n.º 2369, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

16-Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 321, de 1995, (Autógrafo n.º 23826), vetado totalmente, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre promoção de Praças da Polícia Militar. Parecer n.º 187, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

17-Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 459, de 1995, (Autógrafo n.º 23689), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Milton Monti, autorizando o Poder Executivo a criar cursos superiores no Município de São Manuel. Parecer n.º 167, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18-Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 506, de 1995, (Autógrafo n.º 23727), vetado totalmente, apresentado pelo deputado José Pivatto, estabelecendo diretrizes para convênios com municípios, visando à implantação de projetos de habitação popular. Parecer n.º 2370, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19-Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 511, de 1995, (Autógrafo n.º 23726), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Cesar Callegari, criando o Programa Estadual de Incentivo à Educação Básica. Parecer n.º 2389, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

20- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 579, de 1995, (Autógrafo n.º 23461), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Campos Machado, autorizando o Poder Executivo a implantar a Universidade Aberta de São Paulo - UnAB/SP. Parecer n.º 874, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

21- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 592, de 1995, (Autógrafo n.º 23499), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Paschoal Thomeu, autorizando o Executivo a firmar convênios para a prestação de serviço médico emergencial, gratuito, nas rodovias paulistas. Parecer n.º 960, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

22- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 624, de 1995, (Autógrafo n.º 23462), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Reynaldo de Barros Filho, autorizando o Executivo a implantar o Serviço de Assistência Psicológica junto às unidades de ensino da rede estadual. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

23- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 798, de 1995, (Autógrafo n.º 23466), vetado totalmente, apresentado pela deputada Mariângela Duarte, regulamentando o artigo 250 da Constituição Estadual, a fim de universalizar o ensino de 2º Grau. Parecer n.º 953, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

24- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 834, de 1995, (Autógrafo n.º 23356), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Marcelo Gonçalves, normatizando a criação de corpos voluntários de bombeiros. Parecer n.º 514, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. Parecer n.º 515, de 1997, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

25- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 899, de 1995, (Autógrafo n.º 23487), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Djalma Bom, dispondo sobre o uso e exploração de cerrado no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

26- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 911, de 1995, (Autógrafo n.º 23971), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Cândido Galvão, alterando o artigo 2º da Lei 1457/77, que estabelece requisitos para a criação de estâncias turísticas. Parecer n.º 1359, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

27- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 71, de 1996, (Autógrafo n.º 23201) vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, criando o Programa Estadual de Desestatização e dispondo sobre a Reestruturação Societária e Patrimonial do Setor Energético. Parecer n.º 1799, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto quanto ao § 2º do artigo 3º e contrário ao § 6º do artigo 3º; ao inciso I do artigo 17 e ao artigo 39. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

28- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 112, de 1996, (Autógrafo n.º 23584), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Roberto Purini, instituindo a obrigatoriedade da realização de exame preventivo de hemoglobinas em todas as maternidades públicas do Estado. Parecer n.º 1213, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

29- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 127, de 1996, (Autógrafo n.º 23648), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Jayme Gimenez, autorizando o Poder Executivo a criar cursos superiores no Município de Matão. Parecer n.º 1976, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

30-Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 235, de 1996, (Autógrafo n.º 23827), vetado totalmente, apresentado pela deputada Edna Macedo, dispondo sobre atendimento emergencial gratuito obrigatório em casas de saúde e hospitais particulares, desde que encaminhados pelos hospitais da rede pública do Estado. Parecer n.º 168, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

31-Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 248, de 1996, (Autógrafo n.º 23760), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Rui Falcão, dispondo sobre a obrigatoriedade da adição de micronutrientes ao leite de vaca industrializado, destinado aos programas institucionais governamentais. Parecer n.º 29, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

32- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 267, de 1996, (Autógrafo n.º 23632), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Caldini Crespo, dispondo sobre o controle de hanseníase no Estado de São Paulo. Parecer n.º 1942, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

33-Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 327, de 1996, (Autógrafo n.º 23901), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre alteração da Lei 8275, de 1993, que criou a Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras. Pareceres n.ºs 873 e 874, de 1998, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Obras Públicas, contrários ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

34-Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 347, de 1996, (Autógrafo n.º 23839), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Oswaldo Justo, dispondo sobre o exercício da profissão de Detetive Particular Profissional. Pareceres n.ºs 184 e 185, de 1998, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Segurança Pública, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

35- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 426, de 1996, (Autógrafo n.º 23572), vetado parcialmente, apresentado pelo deputado Roberto Gouveia, instituindo o Sistema de Saúde Mental da Polícia Militar. Parecer n.º 993, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto quanto aos §§ 1º e 6º do artigo 1º, aos incisos VI, VII, VIII, X e XII do artigo 2º, ao artigo 3º e contrário ao projeto quanto às demais partes vetadas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

36- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 444, de 1996, (Autógrafo n.º 23708), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Sylvio Martini, instituindo o Código de Ética do Servidor Público Civil do Estado de São Paulo. Parecer n.º 2131, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

37- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 486, de 1996, (Autógrafo n.º 24069), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Nivaldo Santana, autorizando o Governo Estadual a conceder anistia aos servidores públicos que tenham sido demitidos por atividades profissionais paralisadas em virtude de decisão de seus trabalhadores. Parecer n.º 1542, de 1998, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

38- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 710, de 1996, (Autógrafo n.º 23980) vetado parcialmente, apresentado pela Comissão do Meio Ambiente, autorizando o Poder Executivo a participar da constituição de Fundações Agências de Bacias Hidrográficas dirigidas aos corpos de água, superficiais e subterrâneos, do domínio do Estado. Pareceres n.ºs 1361 e 1362, de 1998, de relatores especiais, respectivamente pelas Comissões de Justiça e de Defesa do Meio Ambiente, contrários ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

39- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 762, de 1996, (Autógrafo n.º 24037), vetado totalmente, apresentado pela deputada Célia Artacho, disciplinando a localização dos exames vestibulares das Universidades Públicas Paulistas. Parecer n.º 1344, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

40-Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 9, de 1997, (Autógrafo n.º 24058), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Paulo Barboza Filho, criando o Banco Estadual de DNA para identificação objetiva da autoria nos crimes de estupro. Parecer n.º 1521, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

41- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 25, de 1997, (Autógrafo n.º 24059), vetado totalmente, apresentado pela deputada Mariângela Duarte, dispondo sobre a criação do Centro de Referência da Saúde do Trabalhador de Cubatão, São Vicente e Vale do Ribeira. Parecer n.º 1471, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

42- Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 42, de 1997, (Autógrafo n.º 23990), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Nelson Salomé, obrigando a realização da eletroforese em exames pré-natais. Parecer n.º 1360, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável